Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

ATA Nº 9

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte dois, pelas vinte e uma horas e vinte cinco minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida para Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

1

1. Apreciação e Votação do Aditamento ao Ponto B do Anexo V da Tabela de Preços e Outras Receitas da Autarquia -Instalações Sanitárias; ----------
2. Apreciação e Votação do Regulamento do CATL; ----------
3. Apreciação e Votação do Aditamento ao Ponto A do Anexo V da Tabela de Preços e Outras Receitas da Autarquia – CATL; ----------
4. Apreciação da informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de abril a 10 de junho. ----------

Verificaram-se as seguintes presenças: ----------
Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Luís Rocha Pires Mendes Godinho, Augusto Artur Saldanha, Gianpiero Freire de Zignoni, Maria Inez Rocha Barata da Rocha Gagliardini Graça e Abel Rodrigues Magalhães. ----------
Partido Socialista – António Fernando da Silva Oliveira, Sandra Maria Ribeiro Mondim, Abílio Pereira dos Santos e Abílio Manuel Pacheco Rodrigues. ----------
Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, Tiago Filipe Alves Moutinho, Nuno Rodrigo Carvalho Fernandes e Inês Pires Moreira. ----------
Bloco de Esquerda – BE – Mário Augusto de Sousa Moutinho e Rita Aires Pacheco Domingues.
CDU – João Duarte Gonçalves e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. ----------
Pessoas-Animais-Natureza – Frederico António Nunes Ferronha. ----------

Faltas: ----------
Aqui Há Porto-RM –Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto. ----------
Partido Socialista – José António Teixeira. ----------
Bloco de Esquerda – BE – Teresa Marisa Alves Martins. ----------
Pessoas-Animais-Natureza – Natacha Gambini Doria Meunier. ----------

Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: ----------
Aqui há Porto-RM – Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto e Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silo de Medeiros. ----------
Partido Social Democrata – António Miguel da Costa Cardoso Antunes. ----------
Partido Socialista – José António Teixeira e Érica Filipa Lisboa Fonseca Pacheco Rodrigues.

Bloco de Esquerda – BE – Teresa Marisa Alves Martins e Miguel Albergaria Furtado Semedo.
Pessoas-Animais-Natureza – Natacha Gambini Doria Meunier. ----------
O Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente), Rui Pedro da Silva Cavalheiro (Vogal Tesoureiro) e os Vogais: Ângela Maria Fangueiro Cintra, Ricardo Jorge Loureiro Baptista e Tiago João Peixoto Fonseca. ----------
Presidente da AF – Começou por cumprimentar todos os presentes e informou que vão dar início à Assembleia com a leitura do Edital. ----------
Mário Praça (1º Secretário Assembleia) – Leu o edital efetuou a chamada, para confirmar as respetivas presenças. Nesta Assembleia estão presentes 19 Deputados. ----------
Presidente da AF – Informou antes de entrar no Ponto nº 1 da O.T., para ficar registado nesta Ata, que é do conhecimento de todos os Membros desta Assembleia, do envio da Recomendação, proposta a 29/04 que é do B.E. relativamente ao Alojamento Local e o documento do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. Dispensa a sua leitura, uma vez que é do conhecimento de todos da resposta da do Sr. Vereador do Pelouro da Economia e do Empreendedorismo, das Finanças, Atividades Económicas e Fiscalização, Ricardo Valente. Informou que têm 2 Atas para aprovação. A 1ª é do dia 13/02/2022 - Assembleia de Freguesia Extraordinária. Informou quais os Deputados que podem votar. Colocou a votação, sendo aprovada por unanimidade dos presentes que estiveram na referida Assembleia. Colocou a votação a Ata nº 7 do dia 29/04/2022 – Assembleia de Freguesia Ordinária. Informou novamente quais os Deputados que podem votar. É aprovada por unanimidade dos presentes que estiveram na referida Assembleia. ----------
Informou que vão entrar no período de Antes da Ordem do Dia. É apresentado um Voto de Pesar pelo PAN e uma Proposta de Deliberação da CDU. Informou que uma outra situação que é objeto de reflexão por parte dos líderes de bancada e que passa o testemunho para a Assembleia. Tem a ver com um apelo formulado pela CDU sobre o Relatório de Observância do Direito de Oposição 2021 e passa a citar: "Após a leitura do Relatório, julgamos que seria útil proceder à sua apreciação na Assembleia, ao abrigo do nº 3 do artigo 10º da Lei 24/98", fim de citação. Solicitou que seja acrescentado 1 Ponto à O.T. Considera que a conversa que decorreu com os líderes de bancada, entendem por bem e a própria Mesa da Assembleia também, que o período Antes da Ordem do Dia possa ser ligeiramente alargado para que esta discussão possa ter lugar. Não obstante, na próxima Assembleia, este assunto pode vir à Assembleia novamente, numa O.T. Afirmou que se for o caso, de alguns dos presentes, que entendam que não tiveram tempo para analisar, pode ser na próxima sessão. Quem o fez traz aqui as sugestões e são abertas a todos os presentes. Se entenderem por bem, na próxima Assembleia, introduzem um Ponto na O.T. Como estão todos de acordo e como não existe nenhuma objeção, vão entrar na apresentação do Voto de Pesar apresentado pelo PAN, intitulado "Pelas vítimas de Violência Doméstica. Deu a palavra ao Deputado do PAN. ---------
Frederico Ferronha (PAN) – Afirmou que as pessoas que estão mencionadas no Voto de Pesar não pertencem a esta União de Freguesias, mas é um flagelo transversal a todas as Freguesias, incluindo a nossa, como infelizmente existem mulheres e crianças vítimas de violência doméstica. Efetuou a sua leitura. Referiu que na frase e passou a citar: "Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Centro Histórico do Porto", fim de citação. Pretende que

seja mudado para "Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória". ----------

Presidente da AF – Deu a palavra à Deputada Sandra Mondim. ----------

Sandra Mondim (PS) – Afirmou que só pretende acrescentar, se o PAN permitir, porque possivelmente quando elaboraram este documento, ainda não existia, infelizmente, o nome de uma mulher morta, no dia anterior, apesar de não saber o nome. É uma Sr.ª de 71 anos, morta em Oeiras, pela filha de 40 anos. Perguntou se pode acrescentar, infelizmente, mais esta situação. ----------

Presidente da AF – Afirmou que vão proceder à votação do Voto de Pesar, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. De imediato foi guardado um minuto de silêncio. Este Voto de Pesar fica anexo a esta Ata. ----------

Passaram de imediato à Proposta de Deliberação apresentada pela CDU intitulada "Sobre o Mercado de S. Sebastião e a posição da Câmara Municipal". Deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Começa a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que este Proposta de Recomendação surge na sequência do conhecimento que lhes é transmitido pela Mesa da Assembleia de um ofício enviado ao Sr. Presidente das União de Freguesias pelo Presidente da CMP em que anuncia a intenção de levar à Câmara uma Proposta de Resolução do Contrato Interadministrativo relativo ao Orçamento Colaborativo de 2019 e nesse termo, entendem ser necessário, assumir, desde já uma posição preventiva. Nesse sentido quer afirmar o seguinte e passar a ler a referida Proposta, a qual fica anexa a esta Ata. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, bem como o público a ver em casa. Afirmou que votou contra a Recomendação da CDU na Assembleia Municipal, porque no referido documento existem mentiras escritas. Na Assembleia Municipal sempre lhe perguntam se existe Projeto do Mercado de São Sebastião. Existe Projeto, mas não há dinheiro. Na Recomendação da CDU afirma que ele próprio alega que não havia Projeto. Não é verdade. Pensa que esta Assembleia não tem poderes para responsabilizar o anterior Executivo por danos Patrimoniais e apela ao Sr. Presidente e à da Assembleia, pois é passar um atestado de incompetência a este Executivo, pois parece que o presente Executivo não pode negociar com o Sr. Presidente da Câmara. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Mário Moutinho. ----------

Mário Moutinho (BE) – Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, bem como quem acompanha através das redes sociais. Afirmou que a sua intervenção não era para ser neste momento, mas no período destinado à intervenção das forças políticas, mas, como o tema da sua intervenção é sobre o Mercado de São Sebastião, não faz sentido encerrar este ponto agora e voltar a abrir quando for o período das intervenções dos Partidos. Passou a ler um documento que o B.E. preparou sobre este tema. Refere que vão votar favoravelmente esta Proposta e felicitam a CDU por trazer este tema a esta Assembleia e à Assembleia Municipal. Leu o documento, o qual fica anexo a esta Ata. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra à Deputada Sandra Mondim. ----------

Sandra Mondim (PS) – Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Relativamente a este tema e o PS também tinha uma intervenção sobre este tema e este é o momento para a fazer. Não vai fazer a intervenção que tinha preparado, pois a intervenção do Deputado Mário Moutinho, era exaustivo estar a repetir. Vai somente salvaguardar um ou outro ponto que lhes parece ser importante. Quando receberam a notícia desta notificação, pois este tema já foi debatido na Assembleia noutras alturas, mas tendo em conta o conteúdo da notificação e sobretudo na sua conclusão, em que a Câmara reclama a entrega do valor recebido para a obras no Mercado é importante questionar o Sr. Presidente da Junta, sobre a forma de como vai buscar o dinheiro. O antecessor António Fonseca recebe, não o usa para o efeito que estava destinado e aparentemente, desapareceu. Apesar de ser questionado por esta Assembleia, não obtiveram resposta sobre esse montante, ou se descobriu e não quer contar. Não acautela esta situação que era previsível. Parece estranho a Câmara não ter efetuado este pedido há mais tempo, pois também não o faz no período do anterior Executivo. A dúvida do PS é como é que se vai acautelar esta situação, pois pode não ter grande solução para esta Junta. Termina a sua intervenção para afirmar que o PS vai votar a favor desta Proposta de Deliberação. ----------

Presidente da AF – Intervém para perguntar se mais algum Sr. Deputado pretende usar da palavra sobre este assunto. ----------

Informou que, o Movimento Aqui há Porto-RM, solicitou a interrupção dos trabalhos por 5 minutos, tendo o mesmo sido concedido. ----------

Após o reinício dos Trabalhos deu a palavra ao Presidente da Junta para intervir. ----------

Presidente da Junta – Afirmou que são várias vezes e até notícia de jornal, mas já o disse várias vezes nas Assembleias, que não tem dinheiro, que tinha um défice financeiro de 15.000,00€. Nestas circunstâncias é fácil chegar à conclusão que no final de 10 meses, 150.000,00€ vão pela porta fora. Pediu uma Auditoria para ver se existe algum incumprimento por parte do Executivo anterior. Afirmou que neste momento não pode alegar algum desvio, mas que este Junta tem um défice financeiro enorme, mas que ao fim de 3 meses, consegue o equilíbrio financeiro da Junta. Afirmou que estão no bom caminho. Foi alertado várias vezes nesta Assembleia e não é verdade a Sr.ª Deputada vir aqui afirmar que não sabe de onde vem o dinheiro. Quer transparência, pois logo que teve conhecimento do ofício da CMP, também é enviado para os Srs. Deputados, pois quer transparência máxima nesta Assembleia. Quanto à negociação, entende que este Executivo tem bastante competência em negociar com o Sr. Presidente da Câmara. Antes de tentar propor uma solução, quer ouvir os moradores, os comerciantes da zona do Mercado de São Sebastião. É um equipamento muito falado, pelo que o rodeia e não propriamente pelo Mercado. O que rodeia estas instalações, é um problema para a sociedade e para quem lá habita. Afirma que hoje mesmo esteve lá para abrir as Casas de Banho da Rua Escura. Está a fazer uma auscultação aos vendedores do Mercado de São Sebastião, aos residentes, aos moradores e à população para tentar encontrar a melhor solução. Vai responder ao ofício, a Câmara está no seu direito de exigir o dinheiro, pois não decorreu obra no equipamento. Financeiramente a Junta não está em condições de abrir um Concurso Público para a obra. Quer encontrar uma solução para toda a comunidade envolvente e vai tentar com o Sr. Presidente da Câmara a

solução para este equipamento. A solução será a melhor para os moradores e para quem ali trabalha. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Luís Godinho. ----------

Luís Godinho (Aqui há Porto-RM) – Afirmou que tem uma intervenção preparada, mas o Sr. Presidente da Junta, já fala aqui sobre muitos deles. A CDU faz aqui um ato de surpresa e de indignação sobre algo que não é surpresa para ninguém. Nesta Assembleia é falada várias vezes que não existe dinheiro nesta Junta de Freguesia, para a execução desta Obra. Eventuais danos Patrimoniais estão a alegar que há algum tipo de ilicitude, algo que até hoje não é possível provar. Quanto ao apelar ao Sr. Presidente da Câmara é algo que não conseguem compreender, pois a Câmara deve dar um benefício extra a União de Freguesias? O que fará com as outras? Há um incumprimento e temos de assumir essa responsabilidade. Afirma que têm a maior confiança neste Executivo para encontrar uma solução e que a mesma seja adequada a esta Junta de Freguesia. Informou que o Movimento se desvinculou do antigo Presidente desta Junta em 2018. O facto de sempre se colar a questão do Mercado de São Sebastião ao Movimento Rui Moreira, parece exagerado. ----------

Presidente da AF –Deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que está um pouco surpreendido com os argumentos utilizados, mas o colega Luís Godinho vai entender melhor com as explicações que vai proferir. Afirmou que a surpresa não é por haver um incumprimento, pois todos sabem desde 2020. A novidade é o que consta no ofício. O Sr. Presidente da Câmara vai avançar com uma Proposta à Câmara de resolver o Contrato. Em vez de procurar uma solução, o Sr. Presidente da Câmara, avança com uma ameaça. No dia em que supostamente envia a carta, estava na Assembleia Municipal, para ser discutida, uma Proposta da CDU para ser discutida, no sentido de se encontrar uma solução negociada para resolver isto. É estranho como é que um ofício demora 8 dias para percorrer um trajeto tão curto. Em questão à responsabilização até podem resolver muito bem, votam a Proposta da CDU por pontos. Este ponto está aqui só para expressar claramente que há responsáveis nisto, não é o atual Executivo, nem a atual Assembleia de Freguesia. O 2º Ponto é para que se apele ao Sr. Presidente da Câmara que repense naquilo que neste momento está a pensar. Ainda nada é feito, simplesmente anuncia o que quer fazer. É para o sensibilizar no sentido de se encontrar uma solução que não seja para criar uma crise ainda maior do que aquela que já existe. Se avançar para a resolução do incumprimento, o que vai acontecer àquelas pessoas que estavam no anterior Executivo, vão ter de ser responsabilizadas. Quem no devido tempo votou a favor, vai ter de ser responsabilizado, pois é isso que está escrito na lei. ----------

Presidente da AF – Afirmou que não existem mais inscrições para intervir sobre este assunto. De seguida, pergunta quem vota a favor pela separação dos Pontos, cujo resultado é o seguinte: Votos a favor: 6, sendo 4 do PSD e 2 da CDU. Votos contra: 6, sendo do Aqui há Porto-RM. Abstenções: 7, sendo 4 do PS, 2 do BE, e 1 do PAN. Devido ao resultado desta votação e como Presidente da Mesa da Assembleia, usa o Voto de Qualidade para que a referida Proposta de Deliberação seja votada na globalidade. É colocada a votação, cujo resultado é o seguinte: Votos a favor: 13, sendo 4 do PS, 4 do PSD, 2 da CDU, 2 do BE e 1 do PAN. Votos contra: 5, do Aqui há Porto-RM. Abstenções: 1, do Aqui há Porto-RM, do Deputado

Augusto Saldanha. Esta Proposta de Deliberação é aprovada. ----------

Passaram à análise do Ponto sobre o Estatuto do Direito de Oposição. Deu a palavra ao Deputado João Gonçalves. ----------

João Gonçalves (CDU) – Afirmou que para contextualizar o pedido efetuado para apreciação deste Relatório, passa a ler a intervenção, que crê ser explicita o suficiente e passa a citar: "Em relação a este Relatório saudamos naturalmente este gesto, de salutar que indicia algum esforço dom Executivo, no sentido de observar as determinações legais. Mas não deixamos de frisar que esta mudança/postura do Executivo apenas estar a decorrer devido aos resultados das últimas eleições locais. Os dois anteriores Executivos de maioria absoluta do Movimento Rui Moreira, que de novo preside a esta Junta, já sem maioria absoluta na Assembleia, mas apenas no Executivo, não só não produziram tal Relatório como faltaram muito à obrigação legal de prestação de informação relevante, de direito de intervenção, pois recordam-se dos Orçamentos Colaborativos, por exemplo, e até de auscultação prévia. Por outro lado, o Relatório parece ser apenas um pro forme e deve ser corrigido pois nem sequer é rigoroso. Só houve novo Executivo legalmente constituído a partir de 21/12/2022. Importa distinguir entre o Ponto 1 Direito à Informação. Em 2021, o anterior Executivo deixou muito por responder, fosse formal ou informalmente e isso deve ser formalizado. Quantos Requerimentos foram apresentados e quantos foram respondidos. No Ponto 2 já se aplica de certa forma a este Executivo é falso que tenha sido facultado à CDU uma Proposta de Plano e Orçamento antes de ser apresentada na Assembleia para aprovação. Apenas foi mostrado e frisa-se foi mostrado, não foi fornecida qualquer cópia, um papel com algumas projeções financeiras e das propostas que apresentamos apenas as que eram idênticas às do Executivo, foram consideradas, apesar de reconhecidamente relevantes. Não se pode esquecer que o Plano e Orçamento foram aprovados apenas em 14 de janeiro deste ano, portanto fora do prazo legal, pelo facto de ter sido constatado que o que foi apresentado em 30 de dezembro, estava recheado de erros que poderiam não ter existido se efetivamente tivessem cumprido o Estatuto. Ponto 3 – Formalmente foi cumprido e nem poderia deixar de o ser pois é direito dos Membros que as suas intervenções ficam lavradas em Ata e não é admissível que sejam impedidos de se pronunciar e nem sequer o facto de este Ponto estar absolutamente correto, permite concluir que o resto do Relatório também está. O Relatório pode e deve ser alterado de forma a refletir aquilo que enunciamos aqui e seja qual for a versão final, deverá ser acompanhada por estas nossas declarações. Apelamos, por fim, à reflexão sobre aquilo que se passou no sentido de que a maioria Rui Moreira/PSD passe a ouvir com mais atenção a respeito a nossa opinião e a pedir mais a nossa participação na tomada de decisões estratégicas pois a nossa legitimidade eleitoral é exatamente igual à de qualquer outro eleito", fim de citação". ----------

Presidente da AF - Perguntou se alguém pretende usar da palavra, tendo-se inscrito o Deputado Mário Moutinho. ----------

Mário Moutinho (BE) - Afirmou que é uma nota muito breve. É importante ter esta discussão, todos têm de perceber o que está mal e o que está bem, para poder ser melhorado. Na conversa tida com os outros líderes das forças políticas, O BE acetou claramente fazer essa discussão. Mas isto implica uma análise mais profunda do documento que não fizeram porque

efetivamente não estava na O.T. Recorda que o Bloco é uma das forças políticas que levantou algumas questões em relação à forma como foram convocados. Não foram convocados porque ocorreu um erro, que já se percebeu, foi involuntário. Não foram convocados para nenhuma reunião e não tiveram qualquer informação prévia quanto à anterior apresentação do Plano e Orçamento. Foram os primeiros a levantar críticas em relação ao processo. Importa ao BE analisar convenientemente o documento e voltar a discuti-lo. Propõe que seja feito numa próxima Assembleia para virem mais preparados e puderem dar efetivamente mais contributos para melhorarem o documento. ----------

Presidente da AF - Informou que está de acordo e que já falaram sobre este assunto. Vão incluir este Ponto numa próxima Assembleia. Deu à Deputada Sandra Mondim. ----------

Sandra Mondim (PS) – Afirmou que a cada 15 dias uma mulher é assassinada em Portugal, em contexto de violência doméstica. Como referiu este mês, João Lázaro, O Presidente da APAV, e passa a citar: "Estamos a retomar a triste trajetória pré-pandémica", fim de citação. No 1º semestre de 2022 temos quase tantas vítimas como no ano de 2021, sendo a última à menos de 24 horas. Na verdade, nos últimos dias fomos assolados por notícias que a todos nos continuam a chocar e a ela própria a revoltam, por perceber que muitas situações, que poderiam ser evitadas, se as pessoas não ficassem à espera que os outros sinalizassem ou resolvessem as situações. Na sua atividade profissional lida com todo o tipo de situações, as vítimas de violência doméstica, as crianças vítimas de abusos e maus-tratos e mesmo os filhos que colocam em perigo a integridade e a vida dos pais. Tudo isto vem nas notícias. O PS não pode deixar de lamentar e já acompanham aqui na Assembleia, um Voto de Pesar nesse sentido. Lamentam e demonstram o seu pesar por todas estas vítimas. Entendem que há algo que é pertinente ser feito. Têm de deixar de apontar o dedo às Instituições, aos Tribunais, etc. Cada vez que ouvimos uma notícia destas, falhas todos temos, mas o trabalho tem de ser reforçado na prevenção e nesta, todos podemos e devemos ser agentes. A Junta de Freguesia é uma Instituição de proximidade junto da população e essa proximidade é possível de ser aferida em cada informação trimestral que é analisada hoje. É esse o apelo que o PS faz, nesse contacto com a população, com as famílias, contacto que é feito não só pelas funcionárias, mas sobretudo pelas Técnicas especializadas na área social, para que estejam atentas aos sinais. Podem ajudara evitar um desfecho infeliz para mais uma vítima. Mesmo com todas as limitações económicas que esta Junta de Freguesia tem, embora o Sr. Presidente afirme que está a equilibrar essa situação. Percebem que o apoio social é feito e o ser atento e diligente perante um caso que levante suspeitas, não tem preço nem custos. Solicitam que sejamos sempre um vizinho atento. Propõem mesmo, se for viável, a existência de uma linha de apoio à vítima que permita que qualquer pessoa da Freguesia, que assim o necessite, solicitar apoio ou ajuda neste âmbito. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que a CDU decide fazer uma Declaração política sobre a questão dos espaços verdes nas nossas Freguesias. É notório que nelas escasseiam esses espaços verdes. Isso é fruto da evolução histórica, como é certo. O Jardim de São Lázaro, o primeiro, é de 1841, é o 1º espaço verde a surgir no Porto, no quadro de desenvolvimento que ocorre após a guerra civil e denota a influência de novas ideias e conceitos que então faziam caminho

no nosso país. Mais tarde foram criados outros, ao gosto romântico nos escassos espaços livres ainda como o do Olival, na Cordoaria, o Campo de Santo Ovídio, na Praça da República, o Largo da Aguardante ou a Praça do Marquês ou o Jardim do Carregal, Carreiro de Videira. Depois desse período áureo pouco mais houve do que as placas ajardinadas da Av.ª das Nações Aliadas, hoje a Av.ª dos Aliados e a colocação de algumas árvores em Praças ou junto aos passeios de várias artérias. Foi preciso que ocorresse a Revolução de Abril e um intenso esforço da Junta de Freguesia de Miragaia para que surgisse um novo espaço verde público com alguma dimensão, o Parque das Virtudes. Não é preciso relembrar os benefícios que os espaços verdes aportam aos cidadãos. Mas é bom recordar que as políticas públicas camarárias não têm sido adequadas nesta matéria. Os Aliados e os Poveiros foram transformados em jardins de pedra e o conceito de espaço verde passou a significar apenas pequenos relvados ou ortefactos como a Praça de Lisboa. Que política de arborização existe para as Ruas, Praças e Largos onde ela é possível? Porque não se qualificam espaços com mobiliário e equipamentos? Por exemplo, quantos parques infantis temos? Os miniparques da Cordoaria, da Lapa e do Marquês. É mesmo muito pouco. É certo que fruto do urbanismo típico dos finais do Sec. XIX e meados do Séc. XX, existiam ainda algumas propriedades nas nossas Freguesias dotadas de grandes jardins. Porém, paulatinamente, a Câmara foi aceitando a sua destruição. É assim quem são criados centros comerciais no horto de D. Manuel II ou no Palacete de Albuquerque Melo, em Miragaia e condomínios como na Rua de Cedofeita e outros, bem como hotéis, como na Lapa. Surgiu agora a notícia da destruição do arvoredo centenário da Quinta do Pinheiro onde funcionou a Escola Académica que foi um marco de formação em muitas pessoas e que após abril foi adaptado a habitação de muitas famílias, criando-se uma Associação de Moradores com indiscutíveis preocupações sociais, culturais e desportivas que sempre preservou o Património já existente, quer o edificado quer o ajardinado. A CDU não está contra a utilização daquele local para fins residenciais, mas não pode deixar de lamentar o recente corte de árvores centenárias com a destruição de mais um pulmão da cidade, sobretudo quando se sabe que o marketing do empreendimento irá incluir zonas verdes, provavelmente relva. Eram justificados estes cortes? A Câmara ou a Junta preocuparam-se com a verificação ou a aceitação do facto? Ou estamos perante mais um facto consumado? É tempo de dizer basta. Num futuro próximo iremos desafiar a Assembleia a assumir uma posição frontal nesta matéria", fim de citação. ----------

Presidente da AF – Perguntou se mais alguém se quer pronunciar, mas não se verifica nenhuma inscrição. Assim sendo, informa que vão entrar no Ponto 1 da O.T. "Apreciação e Votação do Aditamento ao Ponto B do Anexo V da Tabela de Preços e Outras Receitas da Autarquia – Instalações Sanitárias". Deu a palavra para intervir ao Presidente da Junta. -------

Presidente da Junta – Afirmou que é verdade termos 11 Sanitários no Centro Histórico do Porto. É uma zona muito visitada pelo turismo que tem de prestar um serviço de excelência e na sua perspetiva esse serviço tem de melhorar muito. Cobrar a taxa de 0,20 €, não existe em nenhum local do mundo. Na Estação de São Bento é cobrado o valor de 0,50€, pois ele próprio foi lá para se situar e entender o porquê de a Junta cobrar 0,20 € e na Estação ser 0,50€. Recebem os turistas e a maioria das casas de banho encerram às 17.00 horas, a limpeza pode ser melhor, a iluminação pode ser melhor e as condições podem ser melhores. A Junta

de Freguesia está a passar um momento financeiro mau e por isso propõe o aumento destas taxas, para que possam prestar um melhor serviço aos turistas e até podermos atender os nossos fregueses que se apresentem sem dinheiro, possam usar os nossos serviços adequadamente. Entende que esta taxa deve ser equilibrada com as casas de banho, bem como nas outras cidades e todos cobram 0,50 €. Vai possibilitar prestar um melhor serviço e conseguir, se possível, abrir mais horas e mais dias. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Fernando Oliveira. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Afirmou que não era para intervir, mas mediante o que o Sr. Presidente afirmou há instantes, quer fazer uma pergunta e que é a seguinte: O Sr. Presidente refere que a Junta finalmente, após 3 meses, está a ter um equilíbrio financeiro e perante a apresentação deste Ponto vem dizer, afinal, que a Junta está a atravessar um mau momento. Pretende saber o que é que se passa, pois há uma contradição clara e pretende ser esclarecido. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Abílio Santos. ----------

Abílio Santos (PS) – Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, bem como quem os acompanha em casa. Afirmou que em relação à tabela de preços e em relação à alínea B, pergunta quem são os "Outros" e porquê da quantia de 100,00€. ´´É somente esta pergunta que o PS pretende fazer ao Sr. Presidente. ----------

Presidente da AF - Deu a palavra ao Deputado Mário Moutinho. ----------

Mário Moutinho (BE) – Afirmou que vai ser breve até porque o Deputado do PS, já há instantes falou sobre o assunto. Quer fazer uma observação que tem a ver com o facto de o Sr. Presidente referir aqui, várias vezes, a questão dos turistas e de ter de receber bem os turistas. Em princípio está de acordo, mas estes equipamentos não são só para turistas. Os 0,50 não lhe estão a preocupar, é mais ou menos prática comum, em quase todas as cidades. Agora, no banho, chuveiro ou duche, 0,50€ é de rever, porque, na sua opinião, este equipamento é que já não é muito para os turistas, é muito vocacionado, para as pessoas que não tenham água quente em casa, que não tenham toalhas, que são sem-abrigo e que não têm disponibilidade de o fazer nas suas próprias casas. Não pode ser um serviço com verbas como se fossem para turistas, mas sim um serviço à comunidade. É aqui que faz as seguintes contas: 0,50€ por cada banho e se um sem-abrigo ou pessoa sem emprego e com dificuldades de ter água em casa e tomar 3 banhos por semana, gasta 12.00€ por mês. Isto não é um serviço social. No seu entender têm de pensar neste assunto. Tem ainda o acréscimo de 1,50€ da toalha. No que diz respeito à lavagem de roupa, o preço é mais ou menos equivalente ao que é praticado nas casas comerciais. Há casas comerciais no Centro Histórico do Porto, lavandarias comerciais em que as máquinas levam 11 kg de roupa, embora aqui no documento não mencione o total da carga. Para este peso o montante a ser pago é de 4,40€ a mais cara, de 4,00€ diversas e 3,15€, o que é 0,15€ mais cara do que é proposto pela Junta. Há aqui também o Serviço Social que não pode ser equivalente aos preços do mercado. O caso é ainda mais complicado quando se trata de secagem de roupa, pois a utilização de cada máquina, por carga, são 2,50€. Andaram a ver as lavandarias que executam este trabalho e levam por 18 quilos de roupa, o preço mais caro, 1,35€, mas existe uma que faz 0,50€ por 18 quilos de roupa. Há qualquer coisa que não está bem. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado João Gonçalves. ----------

João Gonçalves (CDU) – Afirmou que este documento que apresentam parece-lhes claramente insuficiente, embora não seja muito claro o que é que este anexo que regulamenta, a que este anexo diz respeito, pois não está nada no site desta União de Freguesias que se possa consultar. Parece haver alguma regulação com os regulamentos de taxas de outras freguesias da cidade, mas também não é certo. O Código do Procedimento Administrativo impõe que tenha de existir uma fundamentação económica e financeira de qualquer taxa e que também não existe neste caso. Volta a referir que os preços praticados em lavandarias self-service, atendendo a esses preços, estes preços aqui parecem bastante inflacionados. No que fiz respeito às casas de banho públicas, muitas coisas teriam para dizer de tal forma que têm um requerimento a apresentar sobre as medidas que o Executivo pretende tomar ou se já tomar para garantir casas de banho públicas em nº adequado para o qual é um problema gravíssimo desta União de Freguesias. Afirmam que em relação a este documento, entende a CDU, que o Executivo deve retirá-lo e fundamentá-lo adequadamente.

Presidente da AF – Perguntou se mais algum Sr. Deputado pretende intervir, mas ninguém o pretende fazer. Deu a palavra ao Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Dirigiu-se ao Sr. Deputado Fernando Oliveira e afirmou que vem repetir, ao afirmar que a Junta encontra o equilíbrio financeiro, mas se aditamento deste valor é para ser prestado um serviço melhor, tem um equilíbrio financeiro, mas não tem condições de prestar um serviço melhor, sem aumentar a taxa. Quanto ao documento o único aditamento que está a ser feito é de 0,20€ para 0,50€. As taxas que estão aqui, foram aprovadas e estão em vigor. O Regulamento das Taxas já está aprovado há imenso tempo. O único aditamento que existe aqui é a alteração dos 0,20€ para 0,50€. É disso que estamos a falar. Quanto aos "Outros" 100,00€, não sabe o que são os "Outros", mas pode ser tudo o que não está aqui. Afirmou que quem utiliza o banho, geralmente, são os Sem-Abrigo e sobre este assunto estão a trabalhar bem. Eles tomam banho e não pagam. A Junta de Freguesia faz esta proximidade de obrigação social e é este trabalho que a Junta tem de fazer. Quem não tem dinheiro e precisa de tomar banho, é evidente que o toma. No que diz respeito às máquinas e aos preços praticados pelas empresas novas que têm máquinas de eficiência energética top, mas a Junta não tem. A Junta tem uma conta de luz que tem de pagar, com uma máquina de lavar que custa 3.00€ e tem a certeza que este valor não paga a luz que a máquina consome. Quem recorre às lavandarias são turistas, pessoas que estão no Alojamento Local e que não têm onde lavar roupa. Geralmente todas as pessoas têm máquina de lavar em casa. Mesmo no caso de não terem e de recorrerem às Assistentes Sociais da Junta, prestam esse serviço e estão prontos a ajudar. As máquinas de secar, grande parte dos equipamentos que anteriormente menciona, trabalham todos a gás e conseguem fazer preços mais económicos. Mas 2,50€ não faz nenhuma máquina de secar. ----------

Presidente da AF - Deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. ----------

Vítor Vieira (CDU) – A sua intervenção assenta em 3 pontos muito rápidos. Em 1º lugar afirmou que não sabe se estes valores que estão nesta tabela correspondem ou não aos valores quem estão no Regulamento por uma questão simples: ninguém sabe onde está o Regulamento a que se refere este aditamento. Em relação à questão da limpeza e da higiene,

recorda, que nesta cidade existiu um homem chamado Ricardo Jorge que foi o responsável pela higienização da cidade e quando criou aqueles sanitários e balneários, que ainda hoje estão em vigor, como ao do Viriato e outros, não foi bem aceite pela cidade. Mas a verdade é que melhorou muito as condições de higiene da cidade e os valores cobrados não eram por aí além. A saúde pública deve ser o principal objetivo das políticas de higienização. Perturbou-o o que ouviu aqui sobre a questão dos Sem-Abrigo, recorda as palavras de um famoso portuense, Guilherme da Costa Carvalho, homem que desempenhou funções no PCP clandestino, filho de um dos homens mais ricos da cidade, que tinha tanto papel e que podia forrar a rua de Santa Catarina com dinheiro. Dedicou-se aos trabalhadores e a defender os seus direitos. Vai citar as palavras que ele disse à mãe e que ela publicou pubicamente quando o filho é deportado para o Tarrafal e que passa a citar: "Mãe é bom dar esmolas aos pobres que batem à nossa porta, mas melhor será que eles não precisassem da nossa caridade. Mas isso só será possível quando no nosso país se instaurar a verdadeira democracia que
11 reconhecerá a todos o direito ao pão, como uma obrigação social e não como um favor de caridade", fim de citação. Solicita para pensarem nesta afirmação. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Nuno Fernandes. ----------

Nuno Fernandes (PSD) – Afirmou que o PSD é a favor desta atualização, contudo afirma que deve haver uma alínea dedicada aos fregueses que estão sinalizados e que não têm condições para pagar. ----------

Presidente da AF - Deu a palavra ao Deputado Fernando Oliveira. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Perante a dúvida que o Sr. Presidente da Junta, não responde diretamente à pergunta que lhe é colocada. Afirmou que não pergunta nada do que o Sr. Presidente refere aqui. Referiu que faz referência à contradição existente na intervenção efetuada pelo Sr. Presidente da Junta. Antes, cerca de 5 ou 10 minutos, afirma que após 3 meses consegue ter equilíbrio financeiro desta Junta de Freguesia. Passado esse tempo, vem aqui dizer que a Junta está num mau momento. É uma contradição e é apenas o que ele próprio vem dizer. O Sr. Presidente não responde a nada do que ele pretende saber. Por outro lado, quanto à questão "Outros", o Sr. Presidente afirma que nesta rúbrica cabe tudo aquilo que não se encontra no documento e que até nem sabe o que é. Se não sabe o que é, como é que assina o documento. Na sua opinião deve saber para poder explicar na Assembleia. ----

Presidente da AF – Deu a palavra ao Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Afirmou que o equilíbrio financeiro da Junta é encontrado ao fim de 3 meses. Mas estão a passar um momento mau, não podem reabilitar os sanitários, as casas de banho. Os outros são os outros. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Gianpiero Zignoni. ----------

Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM) – Interveio para fazer uma nota rápida de agradecimento e de reconhecimento pelo trabalho que tem sido realizado pelas Técnicas da Junta, em que os colegas salientaram e muito bem, pois têm que ter atenção aos Sem-Abrigo e às pessoas que têm necessidades financeiras que as fazem utilizar casas de banho públicas, mas há que reconhecer que existe um trabalho de campo que está a ser efetuado. No seu ponto de vista, poderá não fazer sentido estar a destacar um preçário, caso as Técnicas identifiquem que a pessoa A, ou B, necessita de determinada valência, que é oferecido.

Reconhecer o trabalho que está a ser feito. Quer deixar uma nota e dá por exemplo, ao colega Fernando Oliveira das casas de banho móveis, pois é disso que estamos a falar "Utilização de Sanitários Móveis, incluindo a colocação, manutenção e remoção por período de 24 horas ou por fração", por exemplo, no caso de uma obra, que se enquadra nos "Outros", aplica-se esta situação. Não é uma Entidade Pública, não é um evento desportivo, não é um evento cultural e não é o São João. Isto é apenas uma nota. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Fernando Oliveira. ----------

Fernando Oliveira (PS) - Afirmou que agradece o esforço realizado para explicar o que o Sr. Presidente da Junta deveria explicar e não o fez. Mesmo assim não o convence e a resposta é muito vaga. ----------

Presidente da AF - Perguntou se podem dar por encerrado as intervenções para este Ponto da O.T. Como ninguém se inscreve para usar da palavra, informa que vão de seguida passar à votação do Ponto nº 1 da O.T. "Apreciação e Votação do Aditamento ao Ponto B do Anexo V da Tabela de Preços e Outras Receitas da Autarquia – Instalações Sanitárias" que é a seguinte: Votos a favor: 11, sendo 6 do Aqui há Porto-RM, 4 do PSD e 1 do PAN. Abstenções: 6, sendo 4 do PS e 2 do BE. Votos. Contra: 2, da CDU. Este Ponto é aprovado. ----------

Deu a palavra para intervir ao Deputado Fernando Oliveira. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Afirmou que é apenas para fazer uma Declaração de Voto, que fará chegar à Mesa por escrito. Mas quer dizer que a Abstenção do PS neste Ponto da O.T. hem a ver com o facto de mais uma vez não haver respostas por parte da Junta de Freguesia e mais caricato ainda, delegar a Junta de Freguesia e Membros da sua Bancada nesta Assembleia para virem responder, com respostas vagas, como aconteceu há pouco. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado da CDU pois pretende fazer uma Declaração de Voto. ----------

João Gonçalves (CDU) – Afirmou que a Declaração de Voto da CDU fica anotado que aquilo que é dito na anterior intervenção pois deixam à consideração do Executivo retirar o documento, de corrigi-lo para que estivesse devidamente adequado e não lhes é dada resposta. A CDU vota contra este Ponto da O.T. ----------

Presidente da AF – Afirmou que vão passar ao Ponto 2 da O.T. "Apreciação e Votação do Regulamento do CATL". De imediato deu apalavra ao Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Afirmou que este Executivo reparou que não existe nenhum Regulamento ou documento que garanta o bom funcionamento dos nossos CATL´S, elaboraram este documento e que entendem que vem ajudar no trabalho que estão a desenvolver e deixa à consideração dos Srs. Membros da Assembleia. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Frederico Ferronha. ----------

Frederico Ferronha (PAN) – Afirmou que apreciado que foi este Regulamento, o artº 26º refere no ponto 4 e passa a citar: "O CATL encontrar-se-á fechado em caso de greve dos funcionários públicos", fim de citação. O PAN não compreende a necessidade desta regra porque no ponto 2 já está disposto que o CATL encontrar-se-á fechado sempre que a Junta da União de Freguesias avalie como estritamente necessário o encerramento do mesmo. Fica assim salvaguardada a possibilidade de encerrar se a greve justificar. No ponto 4, por sua vez, um automatismo, tem de encerrar se houver uma greve. Em que situação ficam os

funcionários(as) do CATL que não pretendam aderir à greve? São impedidos de trabalhar? Sabem que a gestão das Instituições que recebem crianças torna-se difícil nos dias de greve, as acrianças chegam, não sabem se o serviço é assegurado ao longo do dia e muitos Encarregados de Educação não podem ou não querem ir buscá-las. É um transtorno. Mais fácil é de decidir, de antemão, que em caso de greve o serviço encerra, mas não pode. No que respeita a greves, o artº 57 da Constituição da República Portuguesa diz o seguinte no ponto 4 e passa a citar: "É proibido *Lock Out*", fim de citação. Mais especificamente para este caso é necessário atender ao que diz o artº 46º da Lei nº 35de 2015, que explica para as funções públicas o que é o Loch Out. Diz que não pode encerrar, nem que seja parcialmente, nem que seja apenas um serviço parcialmente. A proposta do PAN é que seja eliminado o ponto 4 até é desnecessário porque o ponto 2 pode perfeitamente salvaguardar a situação de ter de haver um encerramento por motivo de greve. Não é necessário nem é legal. Em relação ao ponto 30º, notam que a alínea C está vazia e propõem que seja preenchida. Propõem um texto e poderia ser preenchida por articulação com o CROA e Instituições com Proteção e Apoio ao Bem-estar Animal para promover o contacto com animais. É a Proposta do PAN. Há automatismo que implica encerrar em caso de greve. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta - Informou o Sr. Deputado que os CATL´S da Junta funcionam dentro das escolas públicas e ao decorrer uma greve da função pública, não podem obrigar a Escola a abrir e as funcionárias da Junta são funcionárias públicas. Estão num espaço que não é da Junta. Por isso já colocaram no Regulamento para o caso de haver grave na Função Pública, a Junta não pode abrir o CATL. Se as Escolas Públicas perante a greve fecham, o CATL não pode funcionar. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra à Deputada Rita Aires. ----------

Rita Aires (BE) – Começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que o BE sempre defende respostas da infância neste território e congratula-se pelo facto deste Executivo manter e em alguns casos recuperar os Centros de Atividades de Tempos Livres na União de Freguesias. Congratulam-se por verem um Regulamento escrito sobre esta matéria. Têm eco também da satisfação dos pais, mães e Encarregados de Educação com alguns sinais de maior investimento até ao nível da oferta de atividades, o que os deixam satisfeitos. Quer deixar esta nota e agradecer ao Executivo este trabalho. Sobre o Regulamento apresentado para apreciação e votação têm algumas questões a assinalar que lhes parecem ser algumas lacunas. De seguida, recomendam algumas correções e melhorias, tais como: No art.º 6, nº 3 A divulgação deve ser feita não apenas nos meios institucionais da Junta, mas também nas Escolas. Os pais, Mães e Encarregados de Educação vão às Escolas e não à Junta, pois desta forma acedem mais rapidamente à informação. O Executivo anterior levou meses a abrir um ATL na Escola da Constituição, alegando, na altura, de não haver inscrições quando na verdade os Encarregados de Educação dessa Escola desconheciam a existência desse ATL, porque não havia informação na escola. No art.º 13 e nele está mencionado um único horário, ininterrupto das 8.00 às 19.00 horas, mas é este horário que se pratica nas pausas letivas e não no período letivo. É importante precisar os diferentes horários consoante o período a que se referem. Há 2 horários de pontas no período letivo e

1 ininterrupto nas pausas letivas. Entendem que é importante referirem estes 2 horários no Regulamento. No art.º 15, nº 1, A menção exclusiva sobre os Trabalhos de Casa e total ausência de uma edição lúdica e cultural leva-os a questionar em que consiste o projeto pedagógico da resposta. Qual é? Existe? A quem compete a sua elaboração? Como é que os pais têm dele conhecimento? É importante esclarecer. No mesmo art.º, mas no n º 3 "Sobre o direito à não discriminação". Não podem deixar de assinalar a incompletude deste número, em que assinala a situação económica, religião ou a raça e bem, mas esquece tantos outros fatores de discriminação que importante não descurar, como a descendência, o sexo, a língua, o território de origem, as convicções políticas ou ideológicas, instrução, condição social ou orientação sexual e identidade de género. Recomendam que sejam acrescentados. No art.º 19, nº 2, numa família com mais de 1 filho a frequentar o ATL a tempo inteiro, tenham um desconto de mais de 50% no 2º filho e assim sucessivamente. Significa que o 3º filho tem um desconto de 50% sobre o valor do 2º filho? É isso? Muito bem, mas é preciso clarificar o "sucessivamente", pois não está claro. No art.º 28 diz este artigo que a inscrição no ATL pressupõe que os Encarregados de Educação autorizam o registo fotográfico e a sua divulgação. Também afirma que caso não autorizem, devem comunicar essa decisão por escrito. Sabem que a CMP quando promove atividades nas Escolas, chantageia, sabe que a palavra é dura, chantageia os Encarregados de Educação dizendo-lhes e passa a citar: "A não subscrição da autorização nos termos propostos é impeditiva da participação do seu educando neste projeto", fim de citação. Perguntou se esta União pretende seguir esta prática. É eticamente muito reprovável e constitucionalmente bastante discutível. Este artigo é omisso a este respeito: se os pais não autorizarem a captação de imagem, as crianças estão impedidas de participarem em atividades como o exemplo que traz da CMP? Carece de esclarecimento. No art.º 29 é de assinalar positivamente esta intenção de articulação com as famílias que é mencionada, não obstante, que falta esclarecer, qual a periocidade são feitas essas reuniões de informação e as reuniões individuais com as famílias e a informação aos Encarregados de Educação que é mencionado. Quem é que faz esta formação, quem é que a ministra. No art.º 30 pergunta sobre que autarquias e empresas são estas com quem os ATL´S vão articular. Art.º 31, tal como referem para o art.º 6, os meios devem estar acessíveis não apenas na Junta, mas também nas Escolas e deve aplicar-se ao livro de reclamações. Interpelam o Executivo para retificar o documento no sentido de trazer mais clareza e rigor. Desta forma, o BE não se opõe à viabilização deste Regulamento. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Afirmou que quando a Sr.ª Deputada começou a sua intervenção entendeu que neste ponto tem um sim de certeza absoluta. Explicou que não lhe consegue responder a todas as perguntas. Explicou que uma mãe que tem 3 filhos, o 1º paga a totalidade e os outros 2 pagam 50% cada um. A partir do 2º filho cobram 50% a cada um. No que diz respeito aos pais que recusam a autorização de transmissão da imagem dos seus filhos, as crianças participam, mas a Junta terá o cuidado de não transmitirem a imagem da face desse menino. Afirmou que acredita que não está perfeito, acredita que volta a esta Assembleia mais bem elaborado. Neste momento gostaria que o mesmo fosse aprovado, dar seguimento ao trabalho, porque em setembro quer abrir mais 3 ATRL´S e como alguns pais

afirmam que estão a trabalhar bem nesse sentido. Querem continuar a trabalhar bem e para isso é necessário que este Regulamento seja aprovado. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que estão muito satisfeitos com o facto de finalmente começar a haver um movimento inverso àquele que se passou com o mesmo Movimento Rui Moreira na sua versão 1.0, a versão 2.0 está a querer abrir os ATL´S e é de louvar esta atitude. Perguntou ao Sr. Presidente se este Regulamento já é efetuado com a ajuda do Gabinete Jurídico ou se é pelo Executivo, tendo sido esclarecido que o mesmo só feito elaborado pelo Executivo. Fica contente com esta informação. Afirma que tal como o 1º Ponto, também este documento é deveras insuficiente. Começou por não ser claro o que é um CATL pois a sigla não está explicada em nenhum lado. Sendo um Regulamento com eficácia externa, tem de cumprir as regras do Código do Processamento Administrativo, nomeadamente na constituição de interessados, consulta pública, se necessário, invocação de legislação habilitante, etc. Há que publicitar 1º o início de cada procedimento, efetuar em seguida a constituição de interessados e promover a sua audição e até eventualmente proceder a consulta pública se o elevado nº de interessados implicasse. Afirmou que vão entender isto como uma proposta inicial que agora é aberta a estas formalidades, ou seja, que se destina a abrir o procedimento de criação do Regulamento, não a encerrá-lo. Isto é importante, porque se não é cumprida a legislação o Regulamento não tem valor legal. É nesse sentido que é útil que o Gabinete Jurídico seja chamado e faça um parecer claro sobre este Regulamento, que o corrija naquelas matérias aqui mencionadas. Entendem que o Executivo deve retirar de apreciação este documento, fundamentá-la e adequá-la rapidamente e representá-lo, pois, tal como está, em forma de ilegalidade torna-o anulável. A CDU não pode aceitar isto até porque é uma das propostas que fizeram e apresentaram apos eleitores, quer ao Executivo no Plano de Atividades. Ficam felizes por esta sua proposta constar no Plano de Atividades e agora lamentam quer estejam a preparar mal. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Afirmou que o Sr. Deputado tem razão. Mas esta sua vontade de começar a pôr os ATL´S a funcionar, porventura, não está da melhor forma. Afirmou que por este motivo, solicita a retirado deste Ponto nº 2 da O.T. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra à Deputada Rita Aires. ----------

Rita Aires (BE) – Afirmou que é só para dizer que o documento foi retirado, podem fazer chegar as suas sugestões para que tomem nota e consigam atualizá-lo no que entenderem. -

Presidente da AF – Deu a apalavra ao Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Afirmou que toda a colaboração é bem-vinda. ----------

Presidente da AF – Informou que vão entrar no Ponto nº 3 da O.T. "Apreciação e Votação do Aditamento ao Ponto A do Anexo V da Tabela de Preços e Outras Receitas da Autarquia – CATL". De seguida, deu a palavra ao Sr. Presidente para intervir. ----------

Presidente da Junta – Afirmou que isto é uma sua promessa eleitoral. É o apostar em mais ATL, mais na Cultura e Educação. Quer arranjar melhores condições para as famílias que querem e habitem no Centro Histórico do Porto. Entende que não é só perguntar porque é que não existem moradores. Têm de criar condições para atraírem as famílias, as novas

famílias para o Centro Histórico. É com o trabalho realizado nos ATL´S para receberem as famílias que têm filhos e desta forma está a cumprir a sua promessa eleitoral. Na Educação, o Executivo decide que vai pagar as camionetas para a deslocação à praia, que vão levar as crianças ao Museu da Água, que vão levar as crianças à Exposição dos Carros da Presidência, que vão levar os meninos a todo o lado, desse que haja condições para os levar. Colocar um novo aditamento às taxas dos ATL´S porque é importante dar respostas a todo o tipo de necessidades das famílias. Existe a família que só tem necessidade de colocar o menino da parte da manhã, mas que não tem de pagar o mês todo. Também para aqueles pais que têm necessidade de colocar os meninos no ATL da parte da tarde, mas que não têm de pagar o mês todo. Existem aqueles pais que pagavam 85,00€ e vão passar a pagar 65.00€ com as novas taxas. Estão aqui a colocar a decisão de baixarem os preços dos CATL´S. Querem fracionar o que é de manhã, é de manhã, mas o que é de tarde, é de tarde. Esta Junta de Freguesia é para arranjar melhores condições para as crianças que vêm para a Freguesia com as suas respetivas famílias. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Abílio Santos. ----------

Abílio Santos (PS) – Nesta sua intervenção afirmou que o PS considera estas taxas elevadíssimas. Como sabem, o custo de vida subiu imenso o que se torna impossível, para grande parte dos portugueses, acompanhar o aumento de certos bens essenciais. O PS propõe que esta Proposta seja retirada de forma a poder ser alterada para permitir aos Encarregados de Educação pagarem as respetivas taxas. O PS, se o Sr. Presidente da Junta, assim o entender, disponibiliza-se para participar nesta alteração. A manter-se esta Proposta, o PS vai votar contra. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Afirmou que se bem compreende, o PS vota contra o baixar o preço de 85,00€ para 65,00 €. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado João Gonçalves. ----------

João Gonçalves (CDU) – Interveio para dizer que este documento não serve pois aparentemente desejam reduzir os valores atualmente aplicados nas modalidades em C, manter a modalidade B, a taxa de inscrição e em aumentar em 25% da mobilidade D, respetivo às férias. SE compararem com idêntica tabela que existe no site da Junta. Sucede que este Regulamento, que este seria o anexo V, não está no site. Como já foi referido, não se sabe exatamente o que significam estes valores. Não se sabe, mais uma vez, em que se basearam a determinação deles ou se são lógicos sequer. É necessário que tudo isto seja devidamente explicado e que muito rapidamente seja feito a necessária correção. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra à Deputada Rita Aires. ----------

Rita Aires (BE) – Afirmou que quanto à tabela proposta de comparticipação dos ATL e Centro de Convívio falta-lhes também enquadramento e explicação, de onde vêm estes valores, o que é que eles cobrem e porquê a opção destes valores. Em todo o caso, merece boa apreciação esta descida de valores, por parte do BE. Há uma descida significativa da modalidade A, da ponta da manhã, de 45,00€ para 20,00€ e isso merece o seu parecer favorável e da modalidade C, que cobre as 2 pontas, de 80,00€ para 65,00€. Parece-lhes positivo e desejam que possam baixar ainda mais. Para já baixa um pouco e já dá para aliviar

os encargos das famílias. Por parte do BE esta tabela tem o voto favorável. Em todo o caso, querem saber porque o Executivo não vai implementar uma tabela por escalões, baseada nos rendimentos das famílias. Poderia estar eventualmente também no enquadramento e que faz este Executivo utilizar este tipo de tabela. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Informou que não têm acordo com a Segurança Social e por esse motivo não podem ir por escalões. Não vão poder confirmar ou conferir documentações e averiguar quem tem o Escalão A, B ou C. Estão a reduzir o preço e a votar as movas taxas. ---

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Fernando Oliveira. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Afirmou que o Sr. Presidente da Junta tem toda a razão. O PS é contra esta descida, se é que existe. Não se recorda, de repente, não tem acesso a esse documento anterior. É contra e explica o motivo. No entender do PS esta descida é pouca, tem de ser maior. Tendo em conta a conjuntura atual, entendem que estes valores ainda são demasiados altos para as famílias. ----------

Presidente da AF - Deu a palavra ao Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Afirmou que este Aditamento dos preços está no site da Junta de Freguesia. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que quando há pouco refere que não estava no site é sobre o Regulamento. A Tabela agora modificada está, mas o Regulamento a que ela supostamente está associada, não está. Não têm maneira de saber se as regras para criar esta Tabela, estão cumpridas ou não. Não conhecem o Regulamento. Perguntou se o Regulamento é novo, como é isso é uma Tabela que já existe e que está em vigor? ----------

Presidente da AF – Perguntou se mais algum Sr. Deputado pretende inscrever-se para usar da palavra? Não se verifica mais nenhuma inscrição. Procedeu-se à votação, cujo resultado é o seguinte: Votos a favor: 13, sendo 6 do Aqui há Porto-RM, 4 do PSD, 2 do BE e 1 do PAN. Abstenções: 2 da CDU. Votos contra: 4 do PS. Este Ponto é aprovado. ----------

Deu a palavra para intervir ao Deputado João Gonçalves. ----------

João Gonçalves (CDU) – Interveio para fazer uma Declaração de Voto sobre o sentido de voto que é a abstenção. Ressalva esta alteração dos preços pelos motivos já mencionados. Pensam que isto pode ser feito de outra maneira, pode ir mais longe, mas por este motivo a CDU, abstém-se. ----------

Presidente da AF - Interveio para dar a palavra ao Deputado Fernando Oliveira. ----------

Fernando Oliveira (PS) – Interveio para dizer que pretende fazer uma Declaração de Voto em nome do PS. Aproveita para saudar esta descida de valores, mas como anteriormente refere, o PS entende que deve votar contra. Têm a firme convicção de que a Junta pode ir mais além do que agora é proposto. Entendem que estes valores e dada a conjuntura atual, são demasiados altos para as famílias. Nesse sentido, não têm outra solução que não o voto contra. ----------

Presidente da AF – Entraram no Ponto nº 4 da O.T. "Apreciação da informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida da Autarquia relativa ao período de 1 de abril a 10 de junho". De imediato deu a palavra para o Sr. Presidente para intervir. ----------

Presidente da Junta – Afirmou que quer dar algumas pequenas notas sobre o trabalho deste Executivo nos últimos 3 meses. Informou que o Executivo pegou na Junta, como já anteriormente referido, encontraram um equilíbrio financeiro. Vão junto da CMP tentar solicitar alguns sanitários, que têm fechados e vão tentar abrir. Reuniu no Centro de Emprego e Formação Profissional para solicitar 6 pessoas que estão a usufruir do Subsídio de Desemprego e a Junta complementa esse valor para desempenharem algumas funções para abrir os outros Sanitários todos. Declarou que gostava de ver esta Junta de Freguesia com os Sanitários todos abertos, mais horas e mais dias. Estão a trabalhar nesse sentido. Afirmou que hoje mesmo esteve no Sanitário da Rua Escura, para abrir, mas ainda está sem água, mas aguarda a sua ligação. Estão a trabalhar para abrir os 3 ATL´S. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Frederico Ferronha. ----------

Frederico Ferronha (PAN) – Interveio para dizer que analisaram o documento e no final da Informação do Presidente consta o Relatório de Atividades da Associação CASA. Esta Associação tem uma parceira com outra Associação a ARCA para apoio aos animais. Verificaram que a atividade desta 2ª Associação se destina, em princípio, para apoiar os animais dos utentes da CASA e também outros que possam ter apoio. A atividade da Associação CASA é muito importante e louvável. O Plano Plurianual do Bem-Estar animal, esta União de Freguesias tem que elaborar de acordo com a lei 75-B/2020, com a decisão desta Assembleia do dia 29 de abril, tem que ser mais abrangente, deve ter respostas de apoio alimentar, sanitário e veterinário, tanto para animais com tutor como para errantes e colónias. Prever ações de formação, de sensibilização e formação, deve ter estratégias para o registo e adoção de animais. Colocaram, uma pergunta ao Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de como está a elaboração do Plano Plurianual para o Bem-Estar animal que esta União de Freguesias tem de elaborar. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra à Deputada Rita Aires. ----------

Rita Aires (BE) – Afirmou que o BE reconhece neste Relatório Trimestral o esforço de maior detalhe face aos anteriores. Não obstante, merece alguns comentários. Relativamente aos pontos nº 1 e 2, reuniões e eventos do Presidente e reuniões e eventos dos Pelouros ficam a saber que o Executivo marca presença no Coro da União, no Cortejo da Queima das Fitas, em exposições e inaugurações, também reúne com moradoras e moradores, com empresários e Associações, mas ficam a saber muito pouco dos efetivos problemas da União e dos resultados destas iniciativas para a sua resolução. Sabem, por exemplo, que no dia 4 de abril houve uma reunião e visita à Escola Secundária Carolina Michaëlis, para levantamento de necessidades. Ficaram sem saber que diagnóstico de necessidades trouxe o Executivo dessa visita e no passado dia 5 de abril reuniu com o Teatro de Marionetas do Porto para uma possível parceria com os ATL´S da União. Foi estabelecida essa parceria? mas em que é que consiste? Sabem que no dia 14 reuniu com o Coliseu do Porto para uma possível colaboração. Pergunta qual é a colaboração, em que é que consiste? No dia 20 reuniu com o Centro Social do Barredo para uma parceria sobre o ATL´S. Com o mesmo objetivo reuniu com o Centro Social Nossa Senhora da Vitória. No dia seguinte com o Pavilhão da Água, qual foi o resultado? Que parcerias têm e em que consistem? Em que é que isso se transforma numa proposta do Executivo. No dia 9 de maio reúne com o Diretora Municipal da Educação para pedir salas

para a abertura do ATL. No dia 9 de junho reunião com o Vereador da Educação e Coesão Social para pedir salas para funcionamento dos ATL. Que salas? onde? essa colaboração efetivou-se? Conhecem a agenda. Têm de perceber. O ATL vai ter mais estas salas, resultante destas reuniões? Já estão disponíveis os passos necessários que resultaram ou não nestas diligências? Ouvem aqui falar diversas vezes em 3 ATL, novos que vão abrir. Importa dizer quais são e onde. As salas já existiam? Não está claro neste Relatório Trimestral. Percebem que existem diligências nesse sentido, mas não está claro e importa esclarecer. No dia 17 de maio assinatura de um Protocolo Caregivers com a Escola de Enfermagem de Santa Maria para apoiar os e as cuidadoras informais da União. Como sabem, esta é uma área muito cara pela qual o BE muito se bate e também na área da Educação. Em que é que consiste este Protocolo dos cuidadores informais. Precisam de saber. Reconhecem este esforço de demonstrarem o trabalho que têm realizado através das agendas pretendem ir mais além das meras indicações do levantamento de necessidades e possíveis parcerias e saber efetivamente os resultados destes diagnósticos, destas parcerias. A informação fornecida esclarece muito pouco desse ponto de vista. Quanto aos pontos da Coesão Social, Habitação, Banco Social, Porto Solidário, da mesma forma como refere anteriormente, os pontos 3, 4, 5 e 6 carecem de rigor, de detalhe e de clareza. Dá o exemplo da Coesão Social pois o Executivo informa que há um aumento da vulnerabilidade dos agregados, mas não apresentam elementos que fundamentem. Este aumento da vulnerabilidade, pergunta se é quantitativo ou qualitativo e se há mais agregados com vulnerabilidade. Ou é o tipo de vulnerabilidade que agravou, se é de outra ordem e porventura é mais severa ou até ambos. Quando se afirma que há um aumento ou diminuição, é necessário ter elementos para comparação, com o trimestre precedente, o mesmo trimestre do ano anterior e nem os números do presente trimestre que está em análise são dados nem os números anteriores. Sem estes números com os referentes períodos análogos para que possam perceber a evolução destes factos, ficam sem nenhuma caracterização do fenómeno, das problemáticas da população. Dizer que fazem 251 atendimentos e 40 visitas domiciliárias pode significar que é apoiada uma pessoa ou 2 centenas. Vêm que se socorrem de um retrato de uma situação exemplificativa para perceberem que tipo de trabalho é feito, mas entendem que não é suficiente. Ficam sem saber quantas pessoas, quantos agregados e que respostas são dadas pela União. Relativamente à habitação afirma o Executivo que tem observado na continuidade das ações de execução de despejo e que uma inadequação de resposta em tempo útil. Faltam números e uma caracterização do problema na União. Perguntam quantos despejos ocorrem por trimestre, pois não sabem. Quantos no trimestre anterior, há algum aumento? Como chegam a este aumento? Quantos despejos ocorreram no mesmo período do ano anterior e que respostas a União foi capaz de dar e em que tempos? Novamente o Executivo afirma que realizou 139 atendimentos e 12 informações sociais, mas o que é que significa? Quantos pessoas são efetivamente apoiadas, quantos agregados, quantas situações de habitação foram resolvidas ou mitigadas? Ficam sem saber. O Executivo informa que ocorre um aumento de pedidos para o Banco Social. Mais uma vez em que comparação com que período e qual a dimensão deste aumento. No caso do Porto Solidário carecem de maior detalhe com elementos comparativos para melhor caracterização da população e dos problemas que

enfrenta. Relativamente às atividades continuadas, faz uma breve referência, sobre os Centros de Convívio de Cedofeita e Vitória. Afirma que acabam de aprovar uma Tabela de Preços que se refere ao ATL e Centros de Convívio, mas só falaram dos preços do ATL. Os Centros de Convívio estão registados noutra tabela, está incluída no ATL, pois é um lapso do documento anterior e o Regulamento destes Centros de Convívio. Este Relatório é um documento de prestação de Contas do Executivo à Assembleia de Freguesia, aos fregueses(as), é um documento político de comunicação da União e este facto justifica um maior cuidado do tipo de informação prestada e maior rigor e clareza com que é organizada. Deixam a recomendação no Relatório mais completo, com a informação sobre todo o trabalho desenvolvido pela União de Freguesias, que percebem que existe, mas espremido fica difícil perceber a dimensão dos problemas e das soluções que estão a ser levadas a cabo. Sugerem que o Relatório seja organizado a partir dos diferentes Pelouros, mais organizado por temáticas e menos por agenda, porque caracteriza efetivamente os fenómenos, quantitativamente e qualitativamente, possa esclarecer de forma mais clara as diligências da União e sobretudo por tudo, o resultado das mesmas. Fica a sugestão. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. ----------

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que é triste e constrangedor que depois de tanto tempo estejam a seguir o esquema habitual. Partilham a agenda dos Membros, do Presidente, juntam os dados das Técnicas, mexem tudo muito bem com muitas fotos e está feito o "caldo". Entendem que é volumoso, mas pouco informativo, pois são 60 páginas. O facto interessante é que um terço da informação resulta de Relatório de outras entidades com quem a Junta tem Protocolos. É útil e saúdam. Do mais salvam a informação financeira, provavelmente por se tratar de um processo automatizado, mas é preocupante o conteúdo. A 13 de junho, praticamente a 50% do ano, têm arrecado menos de 38% do previsto. Como já foi referido aqui não serve de muito saber que, por exemplo, a 11 de abril, o Presidente reuniu com o Vereador da Coesão Social. Perguntou sobre o que é tratado, o que resulta daí. Porque é que na referida reunião, não esteve presente o respetivo Vogal? Enfim, pode ser melhor este documento. Não podem deixar de realçar o facto de que o Presidente da Junta parece ter-se transformado em fiscal ou encarregado da Câmara que regista os buracos, chama os Serviços e pouco mais. É visível igualmente no Facebook da União onde se conta com honra fazer anúncios do município ou a apresentar selfies do Presidente. Afirmou que e4sta é uma atitude muito pouco condizente com a colegialidade dos Órgãos. É que ao contrário de outros países em que se elege meramente um indivíduo e este depois faz o que muito bem lhe apetece. Em Portugal o que se elege é um grupo de representantes de que um é automaticamente Presidente, mas a colegialidade está presente em todos os níveis e deve ser respeitada. É esse apelo que faz, que se procure melhorar a informação periódica e que por outro lado, se respeite a colegialidade. Aproveitou para dizer que uma vez que só se vão encontrar provavelmente em setembro, mas não no início porque entende que vão estar na Festa do Avante, mas que a próxima informação vem há com melhor qualidade. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra à Deputada Sandra Mondim. ----------

Sandra Mondim (PS) – Afirmou que vai fazer uma intervenção rápida, porque os Srs. Deputados que anteriormente usaram da palavra, sobretudo a Sr.ª Deputada do BE,

enumeraram exaustivamente muitos dos pontos que pretendia falar. Afirmou que ao olhar para a Informação Trimestral percebe que o Sr. Presidente, se lhe permite a expressão, anda numa "roda-viva" com muitas reuniões, intervenções e atividades. Mas o documento da Informação Trimestral espelha pouco o resultado de toda essa agenda preenchida. Entendem que o documento deve representar, a informação não só das atividades, mas aquilo que depois resulta das mesmas. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra ao Presidente da Junta. ----------

Presidente da Junta – Começou a sua intervenção por responder ao Sr. Deputado do PAN quanto aos assuntos relacionado com os animais. Têm efetivamente o Protocolo com a Associação CASA, têm lá cedido espaço para Associações de Animais. Informou que teve uma reunião com a Dr.ª Cláudia, que pertence à Associação de Animais de Rua. Estão a tentar arranjar um espaço para esta Associação, mas não está fácil, mas o trabalho continua e não se consegue de um dia para o outro. Sugere um espaço à Dr.ª Cláudia, mas não era o mais aconselhado. Está a tentar, está a acompanhar, pois ele próprio gosta muito de animais. Estão a tentar trabalhar neste assunto. Quanto ao BE, afirma que tem as reuniões com moradores, com Escolas. Ao reunir com os moradores fazem uma auscultação das necessidades. Se estiver sentado, não consegue fazer o trabalho de rua, não consegue fazer muita coisa. Compreende que têm muito para melhorar, mas quer dizer aos Srs. Deputados, o seguinte: Apesar de nem tudo estar escrito na Informação Trimestral, o trabalho é realizado. Informa que foi à Escola Carolina Michaëlis, tem conhecimento do novo laboratório que vão instalar, hoje mesmo esteve no Mercado S. Sebastião. Quanto aos ATL´S e as parcerias antes de a Junta de Freguesia abrir os ATL´S deviam ter ido ao encontro das IPSS que estão ao lado, pois desenvolvem algumas valências e tentar perceber porque é que elas não têm aquela valência ou porque vão fechar. Têm de tentar saber as necessidades. O que consegue é muito pouco. O Centro Social do Barredo não pode, porque não têm na área deles e não têm previsto abrir ATL´S e em São Nicolau a Junta tem de abrir. As freiras Canossianas vão fechar o ATL e a Junta de Freguesia vai ter de abrir. Quanto ao Centro Social da Vitória estavam a tentar encontrar uma solução em que ia fazer uma parceria com o Centro Social e Paroquial da Vitória, mas esta Instituição quer a cedência de Recursos Humanos. Ora isso não é possível a não ser que esse Recurso Humano faça mobilidade. Uma vez que não é possível, chegam a um acordo e a Junta vai ter de abrir. Grande parte dos ATL´S que vão abrir são nas Escolas Básicas, mas com exceção de Carlos Alberto, porque têm lá espaço que é da Junta no edifício ao lado da Escola. Os outros são abertos dentro da Escola. Informou que reuniu com o Vereador da Coesão Social e não levou o Vogal é porque este Vereador é o mesmo da Educação. Ele próprio é o responsável pelo Pelouro da Educação. Reúne com o Vereador da Educação é porque o assunto é relacionado com este tema, pois pretende saber como é que funciona a alimentação das crianças, que vão estar no ATL e na Escola, se pode existir o ATL dentro das Escolas. Quanto ao que se coloca no Facebook são selfies, pois não consegue ter um fotografo sempre com ele. Tem que ser ele, pois está no terreno a ouvir os moradores. Criaram um gabinete das ocorrências que não é uma publicidade aos serviços municipais. É um gabinete que deve ser publicitado nesta Junta de Freguesia. Este gabinete tem resolvido muitas coisas, pois as pessoas andam na rua, tiram uma fotografia, enviam por WhatsApp e vão aos serviços

municipais. Tudo o que é noticiado é o que a Junta resolve e são só metade daquelas que a Junta resolve. Têm realizado um bom trabalho de aproximação com esse gabinete. Estão a resolver problemas das pessoas, porque os fregueses têm um buraco junto às suas casas, não têm luz e a Junta de Freguesia está a resolver estes problemas. Terminou a sua intervenção e pede desculpa se não responde a tudo. ----------

Presidente da AF – Perguntou se mais alguém pretende intervir. Deu a palavra para intervir à Sr.ª Vogal do Executivo, Ângela Cintra, responsável do Pelouro da Coesão Social e Habitação.

Ângela Cintra (Vogal do Executivo) – Agradeceu a todos os intervenientes que fizeram o favor de falar sobre o Plano de Atividades da Junta. Encara isso como uma oportunidade de melhoria, pois é nesse sentido que estão a trabalhar e tentar num futuro próximo ir de encontro às expectativas apresentadas pelos Membros presentes. Quer falar um pouco sobre a intervenção da Sr.ª Deputada Rita. Sobre o Protocolo que assinaram com a Caregivers. Propõe anexar aos Protocolos que assinaram, os respetivos Relatórios, se for do entendimento de todos, podem fazê-los, pois como são públicos, não há qualquer problema da parte do Executivo. Este Protocolo com a Caregivers permite que possam dar um apoio aos Cuidadores Informais. Não é um apoio especializado, não prestam serviços de enfermagem, serviços especializados, mas permitem a quem está a cuidar de pessoas com necessidades especiais se possam libertar umas horas para fazerem outra atividade, como por exemplo, uma ida ao cabeleireiro. Permite dar a essas pessoas alguma qualidade a quem está sobrecarregado a cuidar de quem precisa. Basicamente é isso que eles fazem e que têm tentado acompanhar, juntamente com as Técnicas, pois são sempre sinalizados por elas e acompanhadas pelas mesmas. Espera ter ajudado com estas explicações. ----------

Presidente da AF – Deu a palavra à Deputada Rita Aires. ----------

Rita Aires (BE) – Agradeceu o esclarecimento, mas dizer que é precisamente essa clareza de informação que importa que conste. É mais do que assinatura de Protocolo é a área dos Cuidadores Informais, assinatura do Protocolo Caregivers. Isto permite aos Cuidadores Informais desta União, fazer isto e aquilo. ATL´S são mais 3, mais salas, mais saídas para o exterior, mais autocarros. É uma sugestão de organização que traga mais leitura daquilo que é a nossa União de Freguesias faz efetivamente. ----------

Presidente da AF – Perguntou de seguida ao elemento do público presente, se pretende intervir, tendo o próprio afirmado que não o pretende fazer. ----------

Informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser votada. -

A Minuta foi aprovada por unanimidade. ----------

O Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. ----------

Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 30 de junho de 2022, às 00,20 Horas. ----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário em exercício: _____